

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****3ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1002107-29.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Despejo - Despejo por Denúncia Vazia**
 Requerente: **Neide Aparecida Gallucci Basmadjian**
 Requerido: **Marcelo Spaziani e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Carlos Castilho Aguiar França**

Vistos.

NEIDE APARECIDA GALLUCCI BASMADJIAN pediu o despejo de MARCELO SPAZIANI e SANDRA MARA MARTINI SPAZIANI, do imóvel comercial situado na Rua Geminiano Costa nº 523, nesta cidade, pois não tem mais interesse em manter a locação.

Os réus se deram por citados e pugnaram pelo prazo de sessenta dias para desocupação do imóvel.

A autora concordou com o pedido.

É o relatório.

Fundamento e decido.

Cuida-se de locação não residencial, contratada por escrito, pelo prazo de trinta e seis meses, que venceu em 13 de julho de 2010 (v. fls. 7).

Com o falecimento da locadora, Hermínia Contri Gallucci (v. fls.130), a locação do imóvel transmitiu-se para a autora, como herdeira e, não lhe interessando manter a locação, notificou previamente os locatários, assinando prazo para a desocupação, sem sucesso, tornando-se necessário então o pedido judicial, de despejo, cumprida que foi a notificação prevista no artigo 8º da Lei 8.245/91.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****3ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Os réus concordarem expressamente com a desocupação, pleiteando o prazo de sessenta dias

Diante do exposto, acolho o pedido apresentado por NEIDE APARECIDA GALLUCCI BASMADJIAN e decreto o despejo de MARCELO SPAZIANI E SANDRA MARA MARTINI SPAZIANI do prédio locado, assinando o prazo de sessenta dias para desocupação voluntária, a contar da protocolização do pedido, vencendo portanto em, 08 de julho de 2015.

Responderão os réus pelas custas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, e pelos honorários advocatícios do patrono da autora, fixados por equidade em R\$ 1.000,00.

P.R.I.C.

São Carlos, 22 de maio de 2015.

Carlos Castilho Aguiar França
Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**